



A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

UNIVERSIDADE ABERTA | LISBOA 2024

TÍTULO

*A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO.
ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES*

CAPA

"Alegoria da História", alusiva à Academia Real da História Portuguesa. Gravura sobre cobre de Pedro de Rochefort, Lisboa, 1739. Reprodução de exemplar do original setecentista. Coleção particular.

EDITORES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR

EDITOR

UNIVERSIDADE ABERTA

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA, N.º 29

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

GRAFICAMARES, LDA

ISBN: 978-972-674-976-9

DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.34627/UAB.CC.29](https://doi.org/10.34627/UAB.CC.29)

D.L.: 540011/24

ANO: 2024

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-ND

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição - Uso Não-Comercial - Proibição de realização de Obras Derivadas.

Os artigos publicados neste volume são da inteira responsabilidade dos seus autores, incluindo o uso do Acordo Ortográfico de 1990.

16

A "FORTUNA" COMO SIGNO DE UM DISCURSO IMPERIAL NO PORTUGAL DO SÉCULO XVI

FORTUNE' AS A SIGN OF AN IMPERIAL DISCOURSE IN SIXTEENTH-CENTURY PORTUGAL

Ana Paula Menino AVELAR
ID : 0000-0003-0482-3832
[UAb / CHAM – FCSH – UNL /
CEC – CH – FL – UL]
ana.avelar@uab.pt

RESUMO

Ao longo deste ensaio analisa-se o modo como a Fortuna se constituiu no século XVI como signo construtor de um discurso imperial no Portugal de Quinhentos, atendendo, para além do conteúdo ontológico deste signo, aos conceitos de milenarismo e messianismo. Interpretar-se-á o discurso imperial consubstanciado nas Histórias gerais redigidas no século XVI sobre a presença portuguesa nos espaços extra-europeus.

Nesta análise discursiva atender-se-á à centralidade que ganhou no discurso historiográfico de Fernão Lopes de Castanheda, na impressão de 1554 do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, a tradição sibilina vertida na incorporação de um capítulo sobre a profecia de sibila Cumea, no momento em que Nicolau Coelho, que partira com Vasco da Gama para Portugal em 1498, noticia o sucesso desta viagem e informa D. Manuel da sua próxima chegada. Esta incursão discursiva demonstra como historiograficamente se expõe um desígnio dinástico.

Palavras-chave: Império; Fortuna; Renascimento; messianismo; milenarismo.

ABSTRACT

In this essay, we analyse how fortune was conceived in the sixteenth century as a conceptual sign of an imperial discourse in sixteenth-century Portugal, bearing in mind, as well as the ontological content of this sign, the concepts of both millenarism and messianism. The imperial discourse embodied in the Histories General written in the 16th century on the Portuguese presence in extra-European spaces will be interpreted. We proposes an analysis of the imperial discourse on the Portuguese presence in extra-European spaces, as embodied in the 16th-century General Histories.

This discursive approach will focus on the centrality of the Sibylline tradition in the historiographical discourse of Fernão Lopes de Castanheda, in the 1554 printing of the first book of the *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, with the chapter on the prophecy of the Sibyl Cumea, at the moment when Nicolau Coelho, who hade sailed on his way with Vasco da Gama in 1498, reported the success of this voyage and informed King Manuel of his oncoming arrival. This discursive incursion reveals how a dynastic design is historiographically exposed.

Keywords: Empire; Fortune; Renaissance; millenarism; messianismo.

Quando se analisa o modo como no discurso imperial do Portugal de Quinhentos a “Fortuna” é um dos seus signos construtor importa atender àquela que foi a tradição milenarista e messiânica que esteve presente em Portugal e que, tal como no espaço europeu, atravessou a conceptualização do exercício do poder ao longo dos séculos.

Como Jean Delumeau claramente teorizou: “O milenarismo, expectativa de um reino sobre esta Terra que seria uma espécie de paraíso terrestre reencontrado, está, pela sua própria definição, estreitamente ligado à noção de uma idade de ouro desaparecida.” (Delumeau, 1997: 13). Tal percepção interpretativa do fluir de um tempo vai correndo, nomeadamente nos escritos historiográficos, como acontece na obra de Gaspar Correia, um dos nossos cronistas da expansão portuguesa. Na sua História Geral sobre a presença portuguesa nos espaços asiáticos, intitulada *Lendas da Índia*, este autor não deixa de idealizar os primeiros momentos de um domínio, que vivenciou durante cinquenta anos (Avelar, 2016: 306-309) e descreveu, afirmando que:

Tomei este trabalho com gosto, porque os começos das cousas da India forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaixo o ferro que depois descobrirão; e proseguindo eu minha teima fui avante, porque não perdesse o que tinha trabalhado. Crecerão males, mingoarão os bens, com que quase tudo se tornou viuos males, com que o escritor deles com razão se pode chamar praguejador, e não bom escritor de tão ilustres feitos e acaecimentos no descobrimento e conquista de tantos reynos e senhorios, em que os feitos dos Portuguezes parecem mais milagrosos que per outra nenhuma razão, com tão gloriosas honras acabados, como Nosso Senhor por sua grande misericordia os quis dar em nossas mãos, acabados como hoje em dia aparecem. (Correia, 1975: 1-2).

Esta concepção de os portugueses terem sido “escolhidos” atravessou, por vezes, subliminarmente a escrita da cronística da Expansão, muito em particular os textos prologais destas Histórias gerais sobre uma presença portuguesa no espaço extra-europeu no século XVI. Nesta época a assunção de uma ideia de destino aparece a par tanto de um milenarismo como de um messianismo, entendido como a espera daquele que consubstanciará o regresso a uma idade do ouro desaparecida, e que visará edificar uma *Respublica Christiana* consubstanciada em: “l’unification politique de l’univers sous le sceptre d’un seul empereur, la propagation de la vraie foi sur l’ensemble de la Terre par la croisade, et l’établissement d’un âge d’or eschatologique.” (Haran, 2000:15).

Apesar de o milenarismo e o messianismo não serem duas concepções “intermutáveis”, frequentemente surgem como tal. Nalgumas expressões messiânicas, por vezes, depararmos com a espera indeterminada da vinda um messias, sendo igualmente possível encontrarmos expressões de um milenarismo que não a incorporam. Contudo, importa registar como frequentemente, ao longo dos séculos, e nomeadamente neste século XVI se expressaram concepções milenarismo-messiânicas as quais: “(...) têm geralmente um carácter terrestre. Anunciam uma mudança radical, uma salvação colectiva, iminente, total. Indicam o sentido da história. Fazem apelo ao agir humano. Muitas vezes profetizam um tempo de felicidade entre dois períodos de catástrofes.” (Delumeau, 1997: 14).

Intrinsecamente ligada à concepção messiânica do devir está a noção de destino, a qual foi claramente evocada por Gaspar Correia ao referir como Deus colocou nas mãos dos portugueses a presença e domínio por e de terras asiáticas. Este é um tempo em que o discurso historiográfico, nomeadamente tanto a cronística régia como a da expansão, em certa medida seguem o modelo ciceroniano, na prossecução essencial do seu valor Ético e Moral e constituem-se como factores legitimatórios da majestade imperial. Tal é tanto mais evidente quando analisamos os textos prologais das crónicas redigidas tanto por Damião de Góis, sobre o reinado de D. Manuel, e Francisco de Andrada, sobre D. João III, como por Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, sobre a presença portuguesa nos espaços asiáticos (Avelar, 2022: 20-21).

Como Agnes Heller esclarece: “(...) a noção de destino implica irrevogabilidade, imutabilidade, incapacidade do homem para alterar as coisas – e não, portanto, a sua impotência absoluta. (...) A categoria de “destino” separa um aspecto real da vida humana – a inevitabilidade e irrevogabilidade

– do tecido complexo da vida concreta, e coloca-o “acima” dos homens; manifesta-se numa pessoa ou num fenómeno natural (Deus, as estrelas.” (Heller, 1982: 293-295). Por vezes, brotando sinais, de como este se manifestará. É no seu seio que se formula a fortuna a qual é a matéria-prima, de que fazem parte a virtude e a coragem, e que permite o êxito. Atente-se como ecoa na sétima ode, dedicada a D. Manuel de Portugal, inclusa nas Rimas de Luís de Camões, o emblema de Alciato, *Virtuti fortuna comes*¹ (Leite de Vasconcelos, s.d.: 13):



(...)
*Sempre foram engenhos peregrinos
 Da Fortuna envejados;
 Que, quanto levantados
 Por um braço nas asas são da Fama,
 Tanto por outro a sorte, que os
 desama,
 Co peso, e gravidade,
 Os oprime, da vil necessidade.
 Mas altos corações, dinos de império, que
 vencem a Fortuna,
 Foram sempre coluna
 da ciência gentil: Octaviano, Cipião,
 Alexandre e Graciano, que vemos
 imortais;
 e vós, que nosso século dourais.
 Pois, logo, enquanto a citara sonora se
 estimar pelo mundo,
 com som douto e jucundo,
 enquanto produzir o Tejo e o Douro
 peitos de Marte e Febo crespo e louro,
 tereis glória imortal,
 Senhor Dom Manuel de Portugal*

Fig. 1. *Emblemata* de Andrea Alciati (1548) e Ode de Luís de Camões (Camões, 1953: 294-295).
<https://ia801309.us.archive.org/32/items/emblemataandreae00alcia/emblemataandreae00alcia.pdf>

Mas prenúncios da fortuna régia plasmar-se-iam logo na empresa entregue por D. João II ao príncipe D. Manuel (Costa, 2007: 256-258). A “sphera mundi” manuelina seria, na crónica régia sobre este monarca escrita por Damião de Góis, inscrita na idealização dos matemáticos que assim:

(...) representam a forma de toda a máquina do céu, e terra, com todos outros elementos, cousa de espantar, e que parece que não careceu de mistério profético, porque assim como estava ordenado por Deus que ele houvesse de ser herdeiro del rei D. João, assim quis que o mesmo rei a quem havia de suceder, lhe desse uma tal divisa, per cuja figura se demonstrasse a entrega, e cessão que lhe já fazia, para como seu herdeiro prosseguir depois da sua morte, na verdadeira acção que tinha na conquista, e domínio de Asia, e África, como fez com muito louvor seu, e honra destes reinos. (Góis, 1949-1954: 14).

Tal identificação integra o frontispício desta obra.

Como assinala D. Jerónimo Osório: “(...) por divino aceno foi D. Manuel alçado à real grandeza; assim também delineou, quanto prefêz, quantas façanhas a seu mando se cumpriram, à benignidade de Deus se têm de referir; e em muitas coisas admiráveis é tão visível a Mão divina que as administrou, que entrara em suspeita de ímpio e pérfido quem lhes refusasse a sua crença.” (Osório, 1944: 12). A providência divina acompanha o governo régio. É a fortuna que se materializa. Mas a esta questão voltarei em breve.

A esfera é ao longo do seu reino um dos signos identificadores do monarca. Observe-se como a mesma é gravada no coxote esquerdo de uma das suas armaduras de aparato que se encontra no *Musée*

¹ A Fortuna é companheira da Virtude.

de *l'Armée* de Paris. Este é o monarca que corporiza o ideário de um messianismo imperial, que se encontrava amplamente enraizado no espaço ibérico e que, como defende Luís Filipe Thomaz, traçando a influência do ideário de Joaquim de Fiore nesta ideia de messianismo imperial, influencia o exercício do poder no espaço ibérico, ganhando particular relevo no reinado de D. Manuel. Como este historiador escreve: “Aparentemente, o Rei [D. Manuel] acreditou ser ele próprio o soberano predestinado por Deus para reformar a Igreja, remetendo-a, ao seu papel espiritual, destruir um Islão confundido com a “Babilónia, a Grande Prostituta” do Apocalipse e instaurar, por fim, o império cristão universal sobre a Terra.” (Thomaz, 2021: 23).

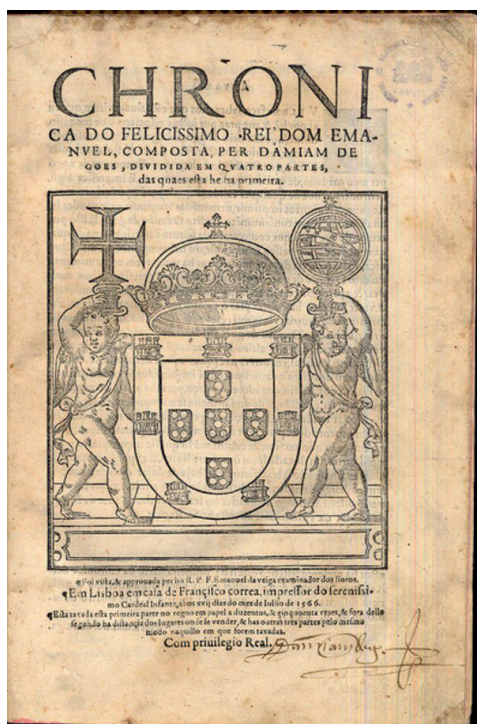


Fig. 2. Frontispício da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*.



Fig. 3. Esfera armilar no coxote esquerdo, Armadura de D. Manuel. <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/default.aspx?lang=pt>

Importa assinalar que esta inscrição corria a par da de Carlos V. Egídio de Viterbo, superior dos agostinhos, exultara a 21 de dezembro de 1507, numa homilia proferida, a pedido do papa Júlio II na igreja de S. Pedro de Roma, os feitos portugueses na Índia e no Ceilão, tendo, como afirma, D. Manuel aberto uma “nova idade do ouro”, cujo um único pastor guardaria um só rebanho. É igualmente este mesmo autor que, na sua *Scechina*, obra encomendada por Clemente VII e dedicada a Carlos V (c. 1530), considerou que neste novo tempo em que os europeus cruzam outros mares e se estabelecem pelos espaços extra-europeus: “(...) Carlos V vai ser o rei da Terra e o príncipe dos príncipes. Vai reunir o rebanho de toda a humanidade sob a autoridade de um só pastor. Será em simultâneo, um novo Moisés e um novo David e continuará, à escala do mundo inteiro, a obra dos apóstolos. Vai revelar o sentido das escrituras.” (Delumeau, 1995: 83).

No seu estudo em torno do modo como a ideia de milénio foi sendo intuída pelo discurso da História, Maria José Ferro Tavares inscreve o desígnio manuelino face ao entendimento de se terem encontrado comunidades cristãs que teriam sido: “(...) catequizados por S. Tomé, gerava a consciência da universalidade do cristianismo e do início do império universal cristão para os messianistas(...). Ao milenarismo cristão ocidental, juntava-se agora o milenarismo da corte do Preste João ...” (Tavares, 2004: 19).

O próprio João de Barros na sua primeira Década da Ásia ... impressa em 1552 refere como parecera

que a “manifestação” de um novo mundo deveria acontecer exactamente quando el-rei D. Manuel herdasse o reino de Portugal, sendo a primeira viagem de Vasco da Gama protegida por Deus (Barros, 1988: 125). No entanto dever-se-á atender ao facto de um outro cronista da expansão, Fernão Lopes de Castanheda, que faz sair um ano antes, em 1551, o primeiro livro em que a presença dos portugueses nos espaços asiáticos é narrada, ao descrever na sua *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* esta primeira viagem não expõe claramente este messianismo manuelino. Todavia, quando em 1554 se reimprimiu este mesmo primeiro livro sob a protecção de D. João III, ele introduziu no capítulo em que assinalou o momento em que Nicolau Coelho noticia a D. Manuel a chegada de Vasco da Gama o achamento de umas pedras gravadas onde estava gravada uma profecia de Sibila Cumea. Atente-se exactamente no facto de: “Virgil uses and manipulates the myth of the Sibyl in the Aeneid to draw parallels between the poet and the prophet and thus define his place in the epic tradition.” (Miller, 2003: 38).

A evocação das palavras sibilantes de Cumea, repositório das revelações originais, e instrumento divinatório de uma visão imperial, reverberam, de certo modo, na evocação do oráculo, na visão do herói, da *Eneida* VI-784, de Virgílio:

Este é o herói, este é aquele que ouves muitas vezes ser-te prometido, César Augusto, estirpe de um deus, aquele que restaurará no Lácio a Idade de Ouro, através dos campos onde Saturno reinou outrora. E além disso alargará o império para além dos Garamantes e dos Indianos. Fica esta terra para lá das constelações, para lá do curso da órbita solar, lá onde Atlas que sustenta o céu faz girar aos ombros a esfera incrustada de estrelas cintilantes. Na expectativa da sua chegada tremem já agora, com as profecias, os reinos cáspios e a terra da Meónia e perturbam-se, trémulas, as sete embocaduras do Nilo. (Virgílio, 2003: 126).

Subliminarmente presentifica-se no texto historiográfico de Fernão Lopes de Castanheda a inscrição virgiliana, mas o destaque dado pelo cronista a esta evocação premonitória é a marca clara daquele que era um messiânico monarca: aquele que tinha sob o seu manto um *império onde o sol* nascia e morria. De novo, nas palavras proféticas ecoaria a celebração virgiliana do mundo governado por César Augusto: “A SOLIS ORTU AD OCCASUM”. Estas mesmas palavras se plasmarão na empresa imperial de Filipe II de Espanha de *Non Sufficit Orbis* que começará a ser usada a partir de 1580 (Lopez Poza, 2011: 451), após a união das coroas ibéricas, sendo incorporada, cerca de seis anos depois, nas armas reais (Parker, 2000: 11).

Mas analise-se a sibilante profecia referenciada por Fernão Lopes de Castanheda. Este descreve o facto de após tal inscrição ter sido descoberta numa praia em Sintra, D. Manuel teria incumbido Rui de Pina de a ler. O cronista transcreve-a no seu livro:

Sibile vaticinium occiduis decreto/Que na lingoajê Portuguesa quer dizer./Proficia da Sibila determinação aos do occidente./E abaixo desta regra estavam quatro versos latinos que dizião/Voluentur saxa literis & ordine rectis,/Cum videas oriens occidentis opes,/Ganges, Indus, Tagus erit mirabile visu,/Merces cōmutabit suas uterque sibi./Que querẽ dizer na nossa lingoa /Serão reuoltas as pedras com as letras dereytas & em ordem,/Quando tu occidente vires as riquezas doriente./Ho Ganges, Indo & ho Tejo sera cousa Marauilhosa de ver./Que cada hũ trocara cõ outro as suas mercadorias. /E ainda dizem alguũs que poucos dias antes de Niculao coelho chegar a sintra foram achadas estas colũnas. (Castanheda, 1979: 71-72).

Fernão Lopes de Castanheda expõe as suas fontes, referindo que teria sido na obra *Da Sagrada Antiguidade*, a qual corria em latim, que recolhera a sua informação. Segundo Fernandes Tomás, o primeiro investigador a se debruçar sobre alguns dos aspectos que considerou mais significativos da obra de Castanheda, este teria consultado a obra *Epitomen Thesauri antiquitatum* de Jacob Strada (1553) em que são referidos os textos de Apiano sobre esta profecia de Sibila Cumea. Em 1534, ele imprimira com Bartolomeus Amantius as suas *Inscriptiones sacrosanctae vetustatis, non illae quidem romanae, sed totius fere orbis*, as quais faziam parte de uma colecção de antiguidades que tinha pertencido a Raimundo Fugger. Após o sucesso do seu *Astronomicum* e no ano de 1541, Apiano foi

nomeado matemático imperial, sendo frequentemente chamado à corte de Carlos V para o aconselhar, lendo desígnios astrológicos.

Segundo Fernão Lopes de Castanheda, as inscrições romanas onde se encontrava a profecia teriam sido, segundo Valentim Morávio, impressor alemão estabelecido em Portugal, descobertas seis anos após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Outros autores defenderiam que tais inscrições tinham sido encontradas poucos dias antes de Nicolau Coelho ter chegado ao reino, noticiando ao monarca o sucesso da expedição gâmica. Na narrativa de Fernão Lopes de Castanheda, esta segunda versão ganha alguma prevalência, ainda que o autor não deixe de citar a hipótese avançada por Valentim Morávio, também conhecido como Valentim Fernandes (Anselmo, 1981: 151-152). Castanheda conhecia os seus trabalhos, cita algumas das suas impressões, e, recorde-se, o nosso cronista da expansão desde 1547 ocupara em Coimbra o lugar de guarda de livreria, estando nas suas incumbências a entrega do material de impressão aos impressores (Avelar, 2016: 261). Importa igualmente notar que este impressor, numa carta endereçada a Conrad Peutinger datada de Lisboa (6 de agosto de 1505), transcreveu a dita profecia². Neste mesmo ano, Peutinger deu à estampa a sua *Romanae vetustatis fragmenta*.

A ruína, a antiguidade, que se vão descobrindo, são relidas e manipuladas prosopopeicamente pelos homens do Renascimento. Essa é a atitude que flui neste tempo e é a inscrição humanista de Castanheda ao insculpir na reimpressão do seu primeiro livro este signo profético de Sibila Cumea. Estes vestígios perduram na memória dos que exercitam as Artes, dos que trabalham a palavra, entendendo o passado na construção de um novo presente. Como André de Resende assinala:

Tão antigo costume é estimar a memória antiga, que quase per um consentimento em todas as idades houve esta opinião: terem-se muitas cousas em preço, nom por a bondade delas, mas por antiguidade, e muitas vezes tanto sem razão, que foi tempo em que se estimavam mais os rudos e desconcertados versos de Enio que a delicada e limada musa de Virgílio, e não por mais que por aquele já seu antigo e este então moderno. (Resende, 1963: 8).

É igualmente este humanista que em 1593 transcreve as inscrições encontradas em Sintra no seu *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniæ* (Resende 1593: fls 39-40). Duarte Nunes de Leão reevoca e contextualiza na sua descrição do reino de Portugal, impressa em 1610 um ano após a sua morte estas inscrições. Ele afirmaria que as teria visto naquele que é um dos lugares mais conhecidos dos navegantes, descrevendo minuciosamente o lugar e a inscrição (Leão, 2002: 162). Este texto só seria impresso em 1610, um ano após a sua morte, mas temos notícia da sua presença na Universidade de Coimbra a partir de 1548 quando já era bacharel. Em 1553 obteve a licenciatura em Direito Civil e no ano seguinte já estaria em Lisboa na Casa da Suplicação. Nos anos em que esteve em Coimbra cruzar-se-ia com Fernão Lopes de Castanheda que teria ocupado vários cargos na universidade, para além dos já mencionados, nomeadamente o de bedel na Faculdade das Artes.

É através da sua notícia sobre o achamento da sibilante profecia (Leão, 2002: 163) que se confirma com uma maior certeza o facto de ter sido nas *Inscriptiones Sacrosanctae Vetustatis* de Petrus Apianus e Bartolomeus Amantius que Castanheda recolheria as suas informações sobre a sibilante profecia. Saliente-se que a referência à obra na língua vulgar como *Da Sagrada Antiguidade* decerto decorre de ser esta a expressão corrente ao tempo que designava os materiais, que eram avidamente colecionados. Como Erwin Panofsky afirma relativamente aos humanistas alemães, de que Pietrus Apianus é um insigne exemplo: “Os humanistas alemães sondaram a fundo a história e a mitologia antigas, escreveram latim clássico e um bom grego, traduziram os seus apelidos em latim ou grego, e colecionavam assiduamente os remanescentes materiais do que era denominado caracteristicamente como “Sacrosancta Vetustas””. (Panofsky 1989:165).

Enfim, se os signos de um desígnio imperial marcam a escrita de uma História da presença portuguesa

² José Manuel Garcia transcreve a referida missiva (Garcia, 2009: 11-12).

no espaço extra-europeu, a fortuna acompanha o devir dos monarcas portugueses. D. João III, o sucessor de D. Manuel, é o rei que para celebrar o seu casamento com D. Catarina de Áustria (1525) encomenda, em Bruxelas, um conjunto de tapeçarias que comemoram a união entre as casas ibéricas (Gomes, 2009: 125). Numa delas, os reis portugueses surgem a ladear o globo terrestre, sendo D. João, que aparece com um manto vermelho e apontando o seu ceptro para Lisboa, a capital do seu império, representado como Júpiter e D. Catarina como Juno (Buescu, 2008:182-191). Também Carlos V, na sua entrada em Nápoles a 25 de novembro de 1535, vê o seu poder imperial ser representado como Júpiter, enaltecendo-se uma ideia de império que superava o da Antiguidade Clássica (Kohler, 2001: 260-261). A D. Sebastião, o neto que subirá ao trono por morte de D. João III, depois de seu pai prematuramente ter falecido, é atribuído o cognome de “O Desejado”. Este: “(...) advém do dramático



Fig. 4. *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* 47).
de Jerónimo Corte-Real.

contexto político em que D. Sebastião foi gerado e em que nasceu. De facto, antes mesmo de vir ao mundo, ele é o depositário da última esperança de que o país não venha, a breve prazo, a ser governado por um rei castelhano. Não admira, pois, que ao seu nascimento seja, desde logo atribuído um carácter miraculoso.” (Cruz, 2009: 7).

D. Sebastião é o Cavaleiro-Cristão, defensor da cristandade. Aquele que, na iluminura que abre o poema épico sobre o *Sucesso do segundo Cerco de Diu*, escrito por Jerónimo Corte-Real (1574) e que lhe foi dedicado, está ladeado pelos deuses Marte (deus da guerra) e Minerva (patrona das Artes), investido da sua majestade imperial. Contudo, a fortuna abandonou-o ao falecer na batalha de Alcácer Quibir.

Como Baltasar Gracián y Morales no seu tratado sobre o Herói tão claramente enunciou, ela foi para os monarcas portugueses: “(...) rainha tão soberana, inescrutável, inexorável, risonha com uns, esquiva com outros, ora mãe, ora madrastra, não por paixão, mas pela arcanidade de inacessíveis juízos.” (Gracián y Morales, 2003:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSELMO, ARTUR (1981) – *As Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM.
- AVELAR, ANA PAULA (2016) – Fernão Lopes de Castanheda. In DOMINGUES, Francisco Contente (ed.). *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Vol. 1. Lisboa: Círculo dos Leitores, I, pp. 261-262.
- AVELAR, ANA PAULA (2016) – Gaspar Correia. In DOMINGUES, Francisco Contente, (ed.). *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Vol. 1. Lisboa: Círculo dos Leitores, I, pp. 306-309.
- AVELAR, ANA PAULA MENINO (1997) – *Fernão Lopes de Castanheda -Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*. Lisboa: Edições Cosmos.
- AVELAR, ANA PAULA MENINO (2022) – *Veredas da Modernidade. Escrevendo o Mundo no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri.
- BARROS, JOÃO DE (1988) – *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CAMÕES, LUÍS (1953) – *Rimas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASTANHEDA, FERNÃO LOPES DE (1979) – *História do Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Porto : Lello & Irmão-Editores .
- CRUZ, MARIA AUGUSTA LIMA (2009) – *D. Sebastião*. Lisboa Temas e Debates.

- BUESCU, ANA ISABEL (2008) – *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates.
- COSTA, JOÃO PAULO OLIVEIRA (2007) – *D. Manuel I – 1469-1521 Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates.
- CORREIA, GASPAR (1975) – *Lendas da Índia*. Porto: Lello & Irmão-Editores.
- DELUMEAU, JEAN (1997) – *Mil anos de Felicidade – Uma História do Paraíso*. Lisboa: Terramar.
- GARCIA, JOSÉ MANUEL (2009) – As Aras da Profecia e a Fundação do “Estado Português da Índia” por D. Manuel e D. Francisco de Almeida. In *500 Anos da Fundação do Estado Português da Índia 1505-2005*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, pp. 24-53.
- GOMES, P. FREIRE P. (2009) – Volta ao mundo por ouvir-dizer: redes de informação e a cultura geográfica do Renascimento. *Anais do Museu Paulista*, 17(1), 113-135. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27312362008> (Consultado a 27 de julho de 2024).
- GRACIÁN Y MORALES, BALTASAR (2003) – *O Herói*. Lisboa: Frenesi.
- HARAN, ALEXANDRE Y. (2000) – *Le Lys et le Globe – Messianisme dynastique et rêve imperial en France aux XVIe et XVIIe siècles*. Seyssel: Champ Vallon.
- HELLER, AGNES (1982) – *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença.
- KOHLER, ALFRED (2001) – *Carlos V-1500-1558. Uma Biografia*. Madrid: Marcial Pons.
- LÓPEZ POZA (2011) – “Nec spe nec metu” y otras empresas o divisas de Felipe II. In ZAFRA MOLINA, Rafael; AZANZA LÓPEZ, José Javier (coords.). *Emblemática trascendente: hermenéutica de la imagen, iconología del texto*. Pamplona: Sociedad Española de Emblemática, Universidad de Navarra, pp. 435-456. <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11765> (Consultado a 21 de julho de 2024).
- LEÃO, DUARTE NUNES DE (2002) – *Descrição do reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MILLER, NICOLE (2003) – Prophecy and Poetry: The Cumaean Sibyl as a Symbol in Virgil’s Aeneid. *Ephemeris* 4, pp.38-41. <https://digitalcommons.denison.edu/ephemeris/vol4/iss1/10> (Consultado em 21 de julho de 2024).
- PANOFSKY, ERWIN (1989) – *O significado nas Artes Visuais*. Lisboa: Editorial Presença.
- PARKER, GEOFFREY (2000) – *The World is Not Enough: The Imperial vision of Philip II of Spain*. Waco: Baylor University.
- RESENDE, ANDRÉ (1593) – *Libri Quatuor...* Évora: Martim Burgos. <https://purl.pt/15210> (Consultado em 21 de julho de 2024).
- RESENDE, ANDRÉ (1963) – *Obras portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- TAVARES, MARIA JOSÉ (2004) – *O Milénio e o Império*. Lisboa: Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4339> (Consultado em 21 de julho de 2024).
- THOMAZ, LUÍZ FILIPE (2021) – *A Expansão Portuguesa – Um prisma de muitas faces*. Lisboa: Gradiva.
- VASCONCELOS, JOSÉ LEITE DE (s.d.) – *Emblemas de Alciati – Explicados em Português – Manuscrito do Século XVI-XVII ora trazido a Lume*. Porto: Renascença Portuguesa.
- VIRGÍLIO (2003) – *Eneida*. Lisboa: Bertrand Editora.